

Uma proposta
em favor da livre
empresa, para
resistir à
socialização.



bas
CONSTITUINTE

2 OUT 1986

JORNAL DA TARDE

O problema maior na Constituinte é o perigo de alterações profundas no sistema de livre empresa, com a possibilidade de mudanças radicais no regime de direito da propriedade, acha o candidato a deputado federal pelo PFL, Sérgio Cardoso de Almeida (foto), prevendo que "os representantes da CUT, PT, PCB, PC do B, PDT, CNBB, Pastoral da Terra e da esquerda do PMDB vão atacar de rijo as nossas instituições, querendo implantar o socialismo no Brasil".

É por isso que considera importante sua eleição, com sua experiência de congressista, durante quatro mandatos, "para enfrentar essas correntes que vão tentar para o Brasil uma Constituição socializante, pretendendo impor a limitação em propriedades rurais de 100 hectares ou até de cinco hectares, se não tiverem pela frente quem possa impedir suas intenções".

Cardoso de Almeida lembra que, já no seu primeiro mandato (eleito em 1966, pela antiga Arena), liderou um grupo de 168 parlamentares, entre deputados e senadores, "em defesa dos produtores de algodão, contra o egoísmo da indústria têxtil e o estatismo das exportações". Havia, afirma, o lobby das indústrias impondo a proibição das exportações e também a autorização para importar, com o que conseguiram sempre derubar os preços pagos aos produtores.

"Foi uma luta árdua que obteve resultados positivos, pois, a partir daquela época e até a crise do petróleo, em 1973, os produtores de algodão conseguiram sempre uma remuneração justa e a cultura floresceu muito no Brasil", afirmou o candidato, recordando também que na época mereceu o título de Mr. Cotton, "por ter cumprido o meu dever de deputado defensor dos algodoeiros".

A defesa dos interesses da produção rural sempre mereceu a sua atenção, diz Cardoso de Almeida, citando também o episódio em que articulou a participação de 128 congressistas contra a intenção do governo Figueiredo de impor o usucapião de cinco anos sobre a propriedade no campo. Lembra ainda ter conseguido modificar o Código de Mineração, na parte em que autorizava pesquisas e lavras sobre as áreas de areia de construção, argila vermelha, pedra de brita e calcário.

"Foi também uma campanha difícil, pois os mineradores eram poderosos, inclusive politicamente. Mas, mobilizando os produtores rurais, através de dezenas de reuniões realizadas em todo Estado, conseguimos mudar a legislação. Hoje, é necessária a autorização do proprietário da terra para que os mineradores possam trabalhar com minerais da classe II", replicou.

Preocupação

O direito de propriedade volta agora a ser preocupação, afirma. "Pretendo usar toda minha experiência e meus conhecimentos de trabalhos legislativos, para a defesa dos proprietários rurais e proprietários ur-

banos, contra a pretensão daqueles setores esquerdistas. Se eles não conseguirem eleger mais de dois terços dos membros da Constituinte — presumindo-se que seja esse o quórum para mudanças na Constituição —, podem ter certeza de que conseguirei

agrupar os democratas adeptos da livre empresa para que eles não alcancem seus objetivos."

Cardoso de Almeida diz que é possível imaginar a confusão que pretenderão os esquerdistas. "Se, hoje, com as leis em vigor,

ANC 88
Pasta Outubro/86
005

os agitadores da reforma agrária já promovem acionamentos com gente treinada em Cuba, gente que não é da terra e que está aí querendo assustar o governo e a propriedade rural, recebendo dinheiro para compra de alimentos, barracas novinhas, bebidas etc, com recursos que vêm do Mirad, o que eles não poderão fazer se não tiverem quem os enfrente?"

O candidato à Constituinte lembra, nos seus argumentos contra a reforma agrária, que até Che Guevara, quando ministro da Economia de Cuba, afirmou que, para se chegar ao comunismo, não era necessário o parcelamento, a divisão, de terras, "pois isso provocaria desordem e fome, o caos enfim". A reforma agrária, acrescenta, será um dos temas principais da Constituinte. "É por isso que estou trabalhando diuturnamente para estar lá, a fim de lutar pela preservação da propriedade particular."

Sérgio Cardoso de Almeida, lembrando ter sido incluído durante três anos entre os dez melhores deputados federais, cita outras iniciativas suas: a Lei do Suco, que obriga a adição do produto natural em refrigerantes artificiais, "merecendo o apoio até da Organização Mundial de Saúde"; a mudança da usina de Porto Colômbia, da juzante para a montante do rio Pardo, com isso salvando 50 mil hectares de terras para a agricultura; a declaração do Imposto de Renda do agropecuarista na cédula C, "em época de plena vigência do AI-5"; a defesa dos produtores de laranja, sempre que esse setor estava em crise, como em 1974, com a falência da Sanderson, em Bebedouro; e a prorrogação de dívidas dos produtores rurais.

Lembra ter levado o "rei do milho", Manoel Antônio Dias, para conversar com o então ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, dessa audiência surgindo o subsídio de 40% para os fertilizantes. "Depois dessas diligências, houve um período extraordinariamente bom para os agricultores, no que diz respeito a crédito agrícola."

A campanha visando à eleição de 15 de novembro tem levado Cardoso de Almeida a ouvir as preocupações dos produtores rurais, neste momento em que o governo ameaça os pecuaristas na questão do abastecimento da carne e quando promove uma série de importações. Isso também vai merecer sua atenção: "O Brasil" — afirma — "sempre foi um exportador; não pode, agora, importar produtos agrícolas e, daqui a pouco, produtos industriais e, quem sabe, até brinquedos". É com a produção rural, "livre de ameaças, que vamos conseguir estancar essa anomalia e conseguir o dinheiro necessário para o pagamento das dívidas e para financiar o desenvolvimento".

Carlos Alberto Nonino